

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Estudo sobre a construção e apresentação da teoria do  
valor de Adam Smith**

GABRIEL SOUZA ZELESCO  
matrícula nº: 107326262

ORIENTADORA: Maria Mello de Malta

JANEIRO 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Estudo sobre a construção e apresentação da teoria do  
valor de Adam Smith**

---

GABRIEL SOUZA ZELESCO  
matrícula nº: 107326262

ORIENTADORA: Maria Mello de Malta

JANEIRO 2011

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor*

Ao sorriso de Luiza

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos poderiam ocupar no, mínimo, o dobro de páginas deste trabalho. Agradeço, agora e sempre, aos meus queridos pais, Alessandro e Simone, por tudo e mais um pouco. À minha irmã Érica pelo companheirismo, nem sempre fácil, que só dois irmãos podem ter. À Luiza, pelo carinho que me tem, ofereço este trabalho. Aos meus amigos de longa data, Alex, Gustavo, Rafael e Rodrigo. Aos meus novos amigos e futuros economistas. Aos companheiros do LEMA, com os quais ainda terei infindáveis e deliciosas discussões. Aos professores e funcionários do IE pelo ótimo convívio durante estes quatro anos. E um agradecimento especial a minha orientadora, Maria, que, como uma amiga, deu conselhos e sugestões que ultrapassam, em muito, os limites deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho dedica-se ao estudo do livro primeiro da *Riqueza das Nações*. Partindo de uma breve apresentação sobre as questões impostas pelos filósofos políticos e o instrumental analítico da fisiocracia, apresentamos a obra principal obra de Smith como síntese destes dois movimentos. Da análise textual da obra, procuramos destacar a questão do valor de troca, de sua formulação e desenvolvimentos que assume no decorrer do primeiro livro da *Riqueza das Nações* até os limites por ela impostos. Por fim, apresentamos as críticas de Ricardo e Marx, respectivamente sobre o problema da circularidade lógica da teoria do valor e sobre a contradição entre as duas medidas do valor presentes em Smith.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
Filosofia Política:.....	9
Economia Política.....	14
CAPITULO II – O LIVRO I DE <i>A RIQUEZA DAS NAÇÕES</i> : A QUESTÃO DA ORDEM SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A RIQUEZA E O VALOR NO PENSAMENTO DE ADAM SMITH .....	17
A origem da riqueza – capítulos I, II e III .....	18
A questão do valor – capítulos IV, V e VI. ....	23
Salário, lucro e renda – capítulos VIII, IX, X e XI.....	27
CAPÍTULO III – AS CRÍTICAS À SOLUÇÃO SMITHIANA .....	36
A crítica de David Ricardo .....	36
A crítica de Karl Marx .....	41
CONCLUSÃO.....	46

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho, como indicado no título, é o estudo sobre a construção e apresentação da teoria do valor de Adam Smith. Sobre o primeiro aspecto, a construção, nos ocuparemos em entender quais eram os principais questionamentos enfrentados por Adam Smith quando escreveu a sua principal obra econômica, *A Riqueza das Nações*. Pretendemos mostrar como, no decorrer do primeiro livro da obra, a questão do valor toma forma, se desenvolve e é apresentada. Por fim, apresentaremos as principais críticas a sua teoria do valor e sua importância para a história do pensamento econômico.

O primeiro capítulo é destinado a uma breve apresentação sobre os dois principais ramos do pensamento que influenciam a obra de Smith, sendo sua originalidade justamente a síntese de ambos. Sobre a filosofia política, pretendemos expor quais as principais questões abertas e como estas aparecem na construção da *Riqueza das Nações*. Sobre a economia política, apontaremos os principais teóricos que influenciaram Smith em sua construção lógica.

O segundo capítulo dedica-se a apresentação da teoria smithiana contida no primeiro livro da *Riqueza das Nações*. Seguimos a ordem original de exposição: os três primeiros capítulos destinados à divisão do trabalho como mecanismo capaz de aumentar a riqueza; os quatro centrais destinados ao estudo do valor e dos preços; e os quatro últimos à determinação das remunerações naturais. Nossa ênfase será sobre a questão do valor e como esta se desdobra no decorrer da obra de Smith.

O terceiro e último capítulo apresenta as duas principais críticas a Adam Smith. Dos limites encontrados na teoria do valor, uma análise subsequente é desenvolvida. Pretendemos explorar as críticas de Ricardo e de Marx, indicando os pontos de convergência e divergência entre elas. Das duas análises, apresentaremos duas formas distintas de analisar a contribuição de Adam Smith à história do pensamento econômico.



## CAPÍTULO I - INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO DE ADAM SMITH

Adam Smith buscou as questões de sua época partindo de uma larga base de debates no que ainda era compreendido como o âmbito da filosofia moral e política. As questões sociais que brandiam da nova ordem social em construção, bem como as questões das fronteiras nacionais e da origem da riqueza preocupavam os filósofos de sua época. Porém, estas questões não eram inteiramente novas. Para entendermos as perguntas que Adam Smith buscou responder, particularmente em *A Riqueza das Nações*, é fundamental que nos debrucemos brevemente sobre as principais questões levantadas pelos filósofos que o antecederam, e se preocuparam com o que hoje entendemos como a política e a economia política. A razão desta digressão é bastante simples, porém nem sempre evidente: se Smith se inseria no movimento de criação de um novo campo do pensamento ele o fez considerando o enorme debate que o cercava, tanto do ponto de vista da história, com a forma capitalista de produção passando a dominar as relações sociais na Inglaterra, como também do ponto de vista do pensamento que buscava compreender e teorizar o fenômeno que se lhes apresentava diante dos olhos. O debate de Smith se inseriu em um longo percurso que une leituras mais próximas às relações sociais de produção e organização do Estado com fins de dominação, ordem e enriquecimento nacional – como é o caso dos trabalhos de William Petty, François Quesnay e James Steuart – com leituras da filosofia moral, sua área original de formação e produção intelectual – como é o caso dos trabalhos de Maquiavel, Hobbes e Locke. Em ambos os casos as fontes do autor tinham como foco as explicações acerca da ordem social.

Entender a ordem social, como e por que os homens se organizam em sociedade, caracterizou um período na história do pensamento, marcado por avanços em várias outras áreas da ciência, bem como nas artes em geral. Esta fase pós-Renascentista e já Iluminista, estava identificada com o avanço progressivo das técnicas com que o homem dominava a natureza, fazendo-o questionar a centralidade de Deus na explicação da ordem social humana. Este questionamento, herdado do Renascimento, centra-se na visão de que o homem “deixa de ser um figurante das tramas celestes e passa a ser o centro, o protagonista de sua própria história” (Ganem , 1998). Com a diminuição da importância divina, abriu-se espaço para

entender como a realidade pode ser explicada com elementos próprios. Assim, a explicação a ser apresentada deveria ter a realidade como seu único objeto e fonte de observação.

Os intelectuais do Renascimento, gestado durante o declínio da ordem feudal, perguntavam-se sobre quais leis serviam de base para ordem da natureza, mas também já abertos à influência da nova ordem social que se formava rompendo com a organização social feudal, puderam se perguntar sobre quais as leis que regiam a ordem social. A explicação da ordem social, ainda que extremamente influenciada pela hierarquia da ordem feudal, foi pautada exclusivamente nas ações humanas.

No entanto, o progresso material derivado na nova forma de organizar a produção, bem como a mobilidade física das pessoas associada com uma separação entre terra e homem (cercamento dos campos) trouxe novas questões para o pensamento filosófico. Nesta nova fase a riqueza material já não mais podia ser associada exclusivamente com a produção agrícola e a importância do trabalho humano na geração da acumulação se tornava cada vez mais evidente.

Todo este conjunto de questões afligiram Smith que sentia a necessidade de encontrar uma nova resposta para a questão da ordem social e da riqueza material, que não mais dependesse exclusivamente do “Príncipe” para se processar. Era hora que encontrar uma explicação que rompesse também com a hierarquia das formas feudais de relações sociais e assumisse os homens como capazes de reger seu próprio destino.

Para compreender o processo de criação da explicação presente em *A Riqueza das Nações* para a ordem social e produtiva vigente vale recuperar, de forma simplificada, no movimento do pensamento, os caminhos do que hoje identificamos como os espaços da filosofia política e da economia política e que se encontraram na síntese Smithiana.

### *Filosofia Política:*

Ainda que haja uma gigantesca separação entre o pensamento de Smith e Maquiavel

não é possível pensar a filosofia política e suas questões principais sem retornar brevemente a este autor. Maquiavel é o primeiro a tentar romper com a análise medieval - que via o homem como um ser perfeito, visto que era “imagem e semelhança de Deus” - no campo da política. Partindo de uma necessidade prática, a de aconselhar um monarca na arte de governar, aprofunda seu olhar sobre a realidade de forma crítica. Analisa o homem como ele realmente é, com seus vícios e paixões, no lugar do homem idealizado; os conturbados reinos europeus no lugar da república platônica, o príncipe de carne e osso no lugar da figura semidivina (BIANCHI, 1988). A passagem abaixo, d’O Príncipe, exemplifica a preocupação do autor pela análise realista, mesmo correndo o grave risco de ofender o seu soberano.

“Deixando de lado, portanto, as coisas que se ignoram com relação ao príncipe e falando a propósito das que são reais, digo que todos os homens, sobretudo os príncipes, por ficarem mais alto, fazem-se notáveis pelas qualidades que lhes trazem reprovação ou louvor. Quer dizer, uns são considerados liberais, outros como miseráveis (...); alguns são considerados pródigos, outros rapaces; alguns são cruéis, outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e pusilânimes ou truculentos e animosos; cheios de humanidade ou soberbos; lascivos ou castos; estúpidos ou astuciosos; energéticos ou tíbios; graves ou levianos; religiosos ou ateus, e daí afora. E eu sei que qualquer um reconhecerá que muito louvável seria que um príncipe possuísse, de todas as qualidades enumeradas, as tidas por boas; mas a condição do homem é tal que não permite a posse completa delas, nem mesmo sua prática consistente; (...).” (MAQUIAVEL, 1532, p 50)

Ganem (1998) destaca que Maquiavel, em sua análise, não objetivava mudar a “natureza humana”. Em sua concepção se a própria natureza do homem não é perfeita, como os filósofos e teólogos desejavam, seria inútil tentar mudá-la. Melhor do que reprimir e tentar controlar a natureza humana seria aproveitar-se dessas paixões para algum objetivo específico. E exemplifica: “Deste modo, é preciso a um príncipe, para se conservar, que aprenda a poder ser mau e que se utilize ou deixe de se utilizar disto conforme a necessidade”(GANEM, 1998, p. 50). A arte de governar, para Maquiavel, constitui-se na habilidade de reconhecer as paixões dos súditos e tirar proveito delas. O método maquiavélico, sendo voltado para a prática, não questiona o porquê desta ordem social, limitando-se a encontrar a melhor saída política para a realidade apresentada. Entretanto, ao tratar da natureza humana, fundamentalmente egoísta para o autor, novas questões são

levantadas. Como pode uma sociedade composta por homens ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro de fato existir sem que tais homens não comecem a se enfrentar numa guerra sem fim? (idem, p.54). Tal questão será o tema central dos pensadores políticos e o inglês Thomas Hobbes a herda em pleno século XV, época em que o renascimento já era uma movimento de força.

Hobbes destaca-se como o primeiro grande teórico a conceber uma explicação da ordem social sob este novo enfoque, onde o homem, com suas ações, é o protagonista da sua própria história. O autor começa sua grande obra, *Léviathan*, analisando o homem em um estado de natureza imaginário. Esse homem, embrutecido, ignorante e violento, alimentado pela constante desconfiança, enfrenta um permanente estado de guerra contra seus similares. A autodestruição mostra-se inevitável quando de súbito o medo da morte e o amor próprio levam o homem a usar-se da razão. Desta razão deriva o pacto social, um acordo entre todos os homens para que a guerra termine. A estabilidade desta paz, entretanto, só será possível com a instauração de um guardião que contenha as paixões primitivas do homem. Simultaneamente ao pacto, nasce o Estado, cuja principal função é garantir a vida (GANEM, 1998).

A grandeza de Hobbes está na explicação da ordem social a partir da análise do homem; o pacto social e o Estado como consequências da natureza humana. Assim como na física, a sociedade começa a ser entendida por seus elementos constitutivos, identificando como sua pedra fundamental o próprio homem. O método adotado por Hobbes é um marco na história da filosofia política. De fato em muito se assemelha aos exercícios mentais de Galileu<sup>1</sup>, por quem nutria grande admiração (BIANCHI, 1988), e ao método dedutivo de

---

<sup>1</sup> Alguns biógrafos de Galileu, como Alexandre Koiré (1991), afirmam que a famosa experiência na Torre de Pisa, em que dois objetos de pesos distintos teriam sido lançados simultaneamente, na verdade não passou de um exercício mental. Galileu teria imaginado a seguinte situação: se dois objetos com o mesmo formato, mas feitos de materiais distintos, de forma que tenham pesos diferenciados, fossem ligados por uma corda e soltos do alto da torre, pela teoria aristotélica o objeto mais leve reduziria a velocidade do mais pesado. Porém, os dois objetos em conjunto formam um novo objeto mais pesado que ambos. Logo, também pela teoria aristotélica, a velocidade deste novo objeto deveria ser maior do que a dos objetos individualmente, hipótese essa já refutada. Conclui que a única solução que evitaria este paradoxo é a que todos os objetos caem na mesma velocidade.

Descartes. A sequência lógica que utiliza - estado de natureza, pacto social, formação do Estado – serviu como base para os principais pensadores políticos que o sucederam, conhecidos como contratualistas, tendo cada qual introduzido ou alterado algum pressuposto.

Vale ainda destacar que Hobbes era um completo antiliberal. Apesar de sua explicação da ordem social derivar-se de uma explicação sobre uma “natureza humana” Hobbes identificava tal natureza como fundamentalmente violenta, gerando um estado natural de “guerra de todos contra todos”, baseada em um “perpétuo e inquieto desejo de poder e mais poder que só termina com a morte” (Hobbes, *Sobre o Cidadão*, 1642). Para que esta natureza não impossibilitasse a organização das sociedades humanas seria necessária a construção de um pacto social. Tal pacto Hobbes considerava precário e artificial, então seria ainda importante para assegurar a paz, sob a qual se poderia gerar “o que é necessário e cômodo a vida” (riqueza), que cada homem submetesse sua vontade à vontade de um único homem ou a uma assembleia determinada. Hobbes ainda acrescenta a ideia de que o escolhido para exercer o poder deveria ser totalmente seguido pelos demais componentes do corpo social no que se refere aos problemas da paz em geral. Conclui então que tal poder só seria capaz de corresponder a sua finalidade se exercido despoticamente.

A crítica mais famosa à teoria de Hobbes vem de John Locke. Este não via o homem em seu estado de natureza como um ser essencialmente egoísta e destrutivo. Pelo contrário, o homem teria como principal característica a laboriosidade. O homem deveria despender suas forças sobre a natureza para manter-se vivo. Assim sendo, a principal característica do homem em seu estado de natureza é a sua capacidade de trabalho. Locke lança as bases da sociedade liberal ao justificar a propriedade privada como fruto do trabalho, que é natural. Sendo o trabalho algo particular ao indivíduo, o mesmo será o seu resultado, o produto. Como tais acontecimentos ocorrem antes do pacto social, devem ser entendidos como constituintes do estado natural. A passagem abaixo, tirada da obra *Dois Tratados Sobre o Governo* (1689) sintetiza esta argumentação.

“Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma *propriedade* em sua própria pessoa. A esta ninguém tem o direito algum além dele mesmo. O *trabalho* de seu corpo e a *obra* de suas mãos, pode-se dizer, são propriedade dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é

seu, transformando-a em sua *propriedade*. Sendo por ele retirada do estado comum em que a natureza a deixou, a ela agregou, com esse trabalho, algo que a exclui do direito comum dos demais homens. Por ser esse *trabalho*, propriedade inquestionável do trabalhador, homem nenhum além dele pode ter direito àquilo que esse *trabalho* foi agregado, pelo menos enquanto houver bastante e de igual qualidade deixada em comum para os demais.” (Locke, 1689, pg. 407-409)

O estado de natureza em Locke é marcado por uma relativa tranquilidade frente ao descrito por Hobbes. O pacto social não será o resultado da guerra, mas da necessidade de salvaguardar a propriedade privada contra possíveis indivíduos que a queiram tomar de assalto. Em se tratando de uma sociedade desigual, fruto das diferentes capacidades laboriosas, a violência e o roubo não estão ausentes, mas também não constituem o princípio. Desta instabilidade surge a necessidade de um Estado que garanta os direitos individuais, como a vida, a propriedade e a herança (GANEM, 1998). O pacto social é então lançado.

Locke estende e amplia o conceito de Estado descrito por Hobbes e cria as bases da sociedade capitalista liberal. Posteriormente, Adam Smith se utilizará dos pressupostos de Locke, particularmente da importância do trabalho e do direito à propriedade privada, como elementos fundamentais de sua análise.

Os teóricos contratualistas - aqui representados por Hobbes e Locke – apesar da grande engenhosidade com que apresentaram uma explicação para a ordem social, não chegaram a completar o desafio a eles imposto: entender a sociedade sem recorrer ao divino, ou seja, embasando-se totalmente no homem. A solução por eles proposta contém um elemento estranho ao homem: o próprio contrato social. Esse elemento externo não garante a harmonia do sistema, sendo sempre necessária a existência de um Estado forte. Tal teoria foi bastante pertinente no século XVII e início do XVIII, período de intensas guerras civis e consolidação dos Estados Nacionais. Entretanto torna-se obsoleta frente ao desenvolvimento do ideário liberal.

O liberalismo, particularmente o inglês, busca alguma explicação para a ordem social que não exija a atuação ativa do “Príncipe”, ao qual caberia a garantia dos direitos individuais. Assim, para dar o fecho teórico na direção liberal iniciada por Locke era necessário de alguma forma basear o resultado do pacto social na própria ação humana. A ação humana deveria dar

origem à ordem sem a necessidade de se recorrer a um grande ordenador geral, hierarquicamente superior.

É neste contexto que Adam Smith monta sua contribuição sobre a ordem social utilizando como base toda a discussão da filosofia moral em curso em sua época. O estudo volta-se à natureza do homem tal qual ele é, como propôs Maquiavel. Visto que os homens possuem as mais diversas paixões, virtudes e vícios, pergunta-se como dar forma a esta situação aparentemente anárquica sem apelar para ameaças religiosas de danação eterna.

### *Economia Política*

Apesar de professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow Smith não se furtou a ler autores que não se situavam nesse campo do saber, mas que buscavam respostas para as mesmas questões que o afligiam. Em sua biblioteca pessoal livros de William Petty, François Quesnay e James Steuart encontravam-se amplamente anotados.

Na obra de Smith podemos encontrar conceitos fundamentais que são *ipsis literis* aqueles de Petty. Os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo e sua relação com o processo de acumulação apontada por Smith são idênticos àquelas formas encontradas em Petty. É também em Petty que aparecem pela primeira vez as noções de que o trabalho era, juntamente com a terra, a origem da riqueza dos povos e que por isso era essencial para uma nação enriquecer ter uma ampla população produzindo em seu nome. Finalmente é também de Petty que Smith desenvolve o conceito de capital, tendo sido esta uma de suas principais contribuições.

Na introdução de Edwin Cannan, publicada na edição de 1976 de *A Riqueza das Nações*, há uma referência explícita<sup>2</sup> ao conhecimento de Smith sobre o livro de Steuart, publicado nove anos antes pela mesma casa editorial e sob o título de *Princípios de Economia Política: sendo um ensaio sobre a ciência da política doméstica em nações livres*. É inclusive

---

<sup>2</sup> Cannan (1976, p 7).

com base nesta informação que Cannan busca justificar o motivo para o qual a expressão economia política não ter aparecido no título da obra de Smith. Como demonstra sua carta a Puttleney, de 1772, referida por Meek (1958), Smith havia lido o trabalho de Steuart e de posicionava de forma diferente em relação àquele autor, principalmente no que se referia aos princípios que indicavam a necessidade de intervenção direta do “Príncipe” na ordem da produção da riqueza<sup>3</sup>.

Também Cannan revela que Smith fez algumas alterações no projeto de *A Riqueza das Nações* em virtude do conhecimento do trabalho dos economistas franceses, dos quais travou conhecimento durante sua visita à França em 1764-66. Sobre as divergências teóricas, Smith dedica um capítulo inteiro de sua obra à crítica do modelo fisiocrata. Porém, é inegável a aproximação de Smith aos conceitos formulados pelos *Économistes*. Neste aspecto destacamos a concepção da produção medida anualmente presente no pensamento fisiocrático, notadamente no *Tableau Économique* de Quesnay, que estará presente no método de Smith. Outro ponto de destaque é a noção de excedente social e a importância do trabalho produtivo para sua obtenção, ambas também presentes na *Riqueza das Nações*.

O fato que pretendemos destacar é de que os conceitos de economia política que Smith incorpora de forma genial aos seus estudos de filosofia moral já estavam postos por outros pensadores havia pelo menos um século. Como exemplo tem-se a obra de Petty (1623-1687) a quem Smith deve grande parte dos conceitos sobre o capital e sobre o trabalho produtivo como fonte do valor, ou a essencialidade dos lucros ao estímulo a produção, presentes em Steuart (1713-1780). Sobre a questão da originalidade de Smith em aproximar a economia política da filosofia inglesa, Cannan (1976, p 19) tem uma visão cética: “Não precisamos supor que algum outro autor qualquer não pudesse tê-la logo introduzido (...), se Adam Smith não o tivesse feito”. A questão fundamental é que Smith de fato faz essa junção e, com isso, amplia de forma significativa os horizontes de análise da economia política.

---

3 Meek cita a seguinte passagem da carta de Smith a Puttleney “tenho sobre o livro de Sir James Steuart a mesma impressão que você. Sem tê-lo jamais mencionado é para mim motivo de orgulho que todos os princípios falazes contidos no livro de Steuart encontrem clara e indubitável refutação no meu.”



Esta análise simplificada da influência do pensamento filosófico anterior a obra de Smith, bem como sua articulação com os questionamentos básicos dos intelectuais preocupados com a “aritmética política” ou com os “princípios de economia política” deram origem a obra de Smith que buscava solucionar simultaneamente a questão da ordem social e da produção da riqueza material de uma nação.

## CAPITULO II – O LIVRO I DE *A RIQUEZA DAS NAÇÕES*: A QUESTÃO DA ORDEM SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A RIQUEZA E O VALOR NO PENSAMENTO DE ADAM SMITH

Smith se apresentou para dar o próximo passo na tentativa de solucionar a questão da ordem social baseada em princípios puramente humanos, ou seja, propunha a elucidação dos mecanismos que transformam ações baseadas no interesse pessoal em algo bom para a sociedade. Ao mesmo tempo buscava na concretude dos avanços da produção material da vida a base para a construção do aspecto da reprodução e ampliação da riqueza. Em *A Riqueza das Nações*, Smith parece ter apresentado a síntese que solucionaria questão da ordem social e da produção da riqueza material.

Partindo da constatação de que a divisão do trabalho aumenta a produtividade de uma indústria, o autor amplia seu resultado para toda a sociedade. Este aumento de produtividade, reconhece Smith, tem relação com a simplificação da atividade que cada indivíduo realiza e o desenvolvimento de sua destreza e engenhosidade naquela tarefa mais simples, possibilitando que cada trabalhador aumente a capacidade produtiva de seu trabalho individual, ampliando significativamente o produto realizado na atividade coletivamente executada. Como cada indivíduo poderia produzir mais a partir de seu trabalho especializado, poderia, segundo o raciocínio de Smith, obter mais riqueza como fruto de um mesmo tempo de trabalho. Assim, cada indivíduo, movido por seu interesse pessoal, buscaria se especializar cada vez mais. E quando todos fazem isso simultaneamente, aumenta-se o produto de toda a sociedade.

O livro primeiro da *Riqueza das Nações* ocupa-se das causas desse aumento de produtividade e da distribuição da riqueza por ela gerada<sup>4</sup>, bem como apresenta o princípio sobre o qual baseia-se filosoficamente a possibilidade de ordem natural da sociedade humana. Notadamente, o primeiro livro contém os elementos fundamentais para entender a solução

---

4 “As causas desse aprimoramento nas forças produtivas do trabalho, e a ordem segundo a qual sua produção é naturalmente distribuída entre as diferentes classes e condições de membros da sociedade, constituem o objeto do livro primeiro desta obra.” (SMITH, 1776, p 36)

harmoniosa de Smith; descreve como pode ocorrer um aumento de riqueza e como esta pode ser distribuída beneficiando a todos.

### *A origem da riqueza – capítulos I, II e III*

No capítulo I da Riqueza das Nações, Adam Smith pretende demonstrar a origem da riqueza. Em contraposição aos fisiocratas, segundo os quais a terra era a fonte do valor, o pensador acreditava que era o trabalho era a verdadeira fonte da riqueza. Se o trabalho era a verdadeira fonte da riqueza a expansão do poder produtivo do trabalho era a base para a aumento progressivo da riqueza material de um indivíduo e de uma nação. Smith estava convencido, como já dissemos, que a possibilidade de expansão do poder de gerar valor do trabalho estava em dividi-lo em tarefas simples, de fácil execução e especialização. Para apresentar seu argumento, Smith relata<sup>5</sup> a produção em uma fábrica de alfinetes, na qual a divisão do trabalho faz-se presente.

Primeiramente afirma que mesmo o mais hábil trabalhador, quando sozinho, empenhando o máximo de esforço, dificilmente produziria vinte alfinetes em um dia de trabalho. Em seguida, faz uma descrição detalhada de como é a divisão de tarefas em uma fábrica de alfinetes: “Um operário desenrola o arame, um outro endireita, um terceiro corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; (...)”. Por fim conclui que a produção de alfinetes seria dividida em cerca de dezoito operações e exigiria, em média, dez trabalhadores para produzir aproximadamente 48 mil alfinetes em um dia. Retoma a produção individual e demonstra que esses mesmos dez trabalhadores produzindo independentemente não chegariam a 200 alfinetes. Com essa descrição simples, porém rica, Smith expõe sua teoria sobre a origem da riqueza<sup>6</sup>. A produção

---

5 “Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas 10 empregados, e na qual alguns desses executavam 2 ou 3 operações diferentes. Mas embora não fossem muito hábeis, e portanto não estivessem particularmente treinados para o uso de máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia.” (SMITH, 1776, p 42) [1 libra = 4 mil alfinetes]

6 É importante ressaltar que Smith não possui uma definição clara sobre riqueza. Num primeiro momento, a associaremos à quantidade de bens úteis. “Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue

total de uma nação será maior ou menor dependendo do aprofundamento da divisão do trabalho. Acrescenta que todas as atividades podem aumentar sua produtividade com a divisão do trabalho. E quanto mais profunda essa divisão, mais rica é a nação.

Devemos atentar para quão profunda é a divergência entre a teoria da origem do valor para os fisiocratas e para Adam Smith. Como mencionado, os primeiros percebiam na terra o elemento multiplicador capaz de transformar um grão em vários. Consequentemente, entendiam que a agricultura deveria ser a atividade mais importante de uma nação, a que garantiria sua riqueza. Smith apresenta uma nova fonte multiplicadora, o trabalho e sua divisão. Com isso estende a capacidade de gerar excedentes a todas as atividades produtivas. As atividades privilegiadas serão justamente aquelas que permitem que a divisão do trabalho atinja níveis mais profundos. Por essa razão, Smith destaca a indústria em detrimento da agricultura, conforme mostra a seguinte passagem: “A natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para a outra, quanto ocorre nas manufaturas.” (Smith, 1776, p. 42). Devemos notar que essa divergência não é mantida de forma totalmente coerente no restante da obra, chegando, inclusive, a retomar alguns conceitos fisiocráticos quando trata da renda da terra. Voltaremos a essa questão mais adiante.

Após definir a fonte da riqueza, Smith volta-se para o problema da ordem social. Neste ponto, quase todos os elementos para a solução smithiana já estão presentes. A noção de interesse foi aprofundada na primeira grande obra do autor, *Teoria dos Sentimentos Morais*, e será elemento fundamental para a solução proposta, ao lado da explicação sobre a origem da riqueza. O terceiro elemento será por nós exposto assim que sua necessidade tornar-se evidente.

A dedução lógica adotada por Smith para demonstrar a coesão social harmônica é simples. Se numa determinada circunstância todos os bens necessários à vida são produzidos por cada indivíduo, seria fácil supor, assim como os produtores individuais de alfinetes, que

---

desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida” (Smith, 1776, p 63). Voltaremos a essa questão no decorrer deste trabalho.

estes homens despenderiam grande parte do dia produzindo relativamente pouco. Entretanto, quando um indivíduo resolve especializar-se em alguma atividade, sua produtividade aumenta. Ao fazer isso, percebe que produziu muito mais do que precisaria para si, disponibilizando, então, o restante para a sociedade em troca dos bens que ainda não possui. Se ao final desse processo o indivíduo percebe que conseguiu mais bens do que na situação original, é de se esperar que aprofunde ainda mais sua especialização. Esse processo, na verdade, não ocorreria, e nem poderia ocorrer, individualmente. Todos os indivíduos desta sociedade iriam, aos poucos e simultaneamente, especializando-se em alguma atividade. Quanto mais essa sociedade conseguisse dividir o trabalho incorporado no processo de produção, mais rica de bens seria.

A saída engenhosa de Smith agrega os dois conceitos, interesse e riqueza, de tal forma que a busca individual do primeiro levaria toda sociedade ao segundo. Cada um, objetivando o próprio enriquecimento, especializa-se ao máximo como forma de aumentar a sua produção particular. Com o excedente desta produção, consegue trocar por outros bens que ainda não possui. Como todos fazem isso simultaneamente, a produção total aumenta.

O segundo capítulo da obra é destinado ao estudo das condições que permitem esta divisão do trabalho a partir de algo que identifica como uma propensão humana natural. O autor reconhece que a divisão do trabalho em si não deve ser fruto da sabedoria humana. Por mais que um indivíduo soubesse, pela razão, que sua produtividade seria maior caso se especializasse em uma atividade específica, - carpintaria, por exemplo – ele jamais o faria sem ter a garantia de que poderia trocar seu excedente por outros bens; comida, por exemplo. É fundamental que esta garantia esteja presente para que a divisão do trabalho tenha início. Uma solução contratualista, aparentemente, poderia resolver este problema: os indivíduos, percebendo que precisam de um mercado onde as trocas se realizem, resolvem, via um pacto social, instaurá-lo. Mas na verdade, como já mencionado, isso só se desvia do problema ao incluir mais um elemento externo à análise. A solução de Smith, fiel à filosofia moral inglesa, foi a de interiorizar o mercado à natureza humana. O homem teria uma “propensão natural à troca”. Sua justificativa, longe de ser simplista, baseia-se no fato de que o homem é um ser social. Afirma:

“No caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade de ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a autoestima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra.” (Smith, 1776, p. 50)

Percebemos que a troca, à qual Smith faz referência, não é o simples intercâmbio de coisas. O autor afirma que o homem, para sobreviver, ou de maneira mais geral, para garantir seus interesses, precisa da mediação de outros indivíduos. A propensão à troca surge como uma consequência desta sociabilidade humana, e não o inverso.

Seguindo a argumentação aqui exposta, poder-se-ia questionar que a análise de Smith cairia num círculo vicioso: a ordem social é explicada, no final das contas, pela própria sociabilidade humana. A sociedade se mantém coesa porque só assim o ser humano sobrevive. De fato, Smith parte do princípio do homem como ser social, mas não acredita que isto por si só garanta as modernas estruturas sociais, especificamente a nova sociedade capitalista. Neste ponto Smith revela seu princípio liberal no qual identifica a importância do indivíduo como célula *mater* da sociedade e o pensa livre em sociedade como se este fora seu “estado natural”. Devemos notar que, apesar da diferença nos resultados, Smith, assim como Locke, entende que o produto do trabalho é particular, ou seja, Smith recorre a idéia de que enquanto o patrimônio ou o capital não havia se acumulado nas mãos de pessoas particulares o produto do trabalho pertencia ao trabalhador. No entanto, estabelecido este processo as pessoas laboriosas seriam contratadas por estes proprietários para obter lucro com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Smith apenas afirma que estas eram as condições dos “países civilizados” sem se preocupar em argumentar sobre o processo de estabelecimento da propriedade privada, que surge como se fora uma evolução “natural” da sociabilidade humana. Esta sociabilidade comporta as diferenças de habilidade construídas socialmente no contexto da progressiva divisão do trabalho como algo positivo, pois estas diferenças serão úteis ao pleno estabelecimento da própria divisão do trabalho.

O terceiro capítulo é destinado a mostrar como a sociedade se desenvolve, chegando até as modernas estruturas sociais, a partir de uma articulação entre a divisão do trabalho e o

tamanho do mercado. De fato, o primeiro seria determinado pelo segundo, como descrito já no primeiro parágrafo: “Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado” (p. 53). Uma pequena sociedade isolada nunca poderia atingir graus profundos de divisão do trabalho. Primeiro porque não haveria mercado consumidor suficiente para adquirir os bens escolhidos para especialização. Segundo porque haveria uma escassez dos demais bens. Dessa forma, uma tribo até poderia dividir o trabalho internamente, mas nunca disponibilizaria dez indivíduos para produzir 48 mil alfinetes, até porque estes não lhes seriam socialmente úteis. A sociedade só poderia chegar aos mais altos níveis de especialização se o mercado fosse equivalentemente grande<sup>7</sup>. O mercado, por sua vez, é alimentado justamente pela divisão do trabalho: dois indivíduos trocam porque produziram bens distintos. Assim sendo, o mercado determina uma divisão do trabalho; esta, quando atinge o mais alto nível possível (determinado pelo mercado), é capaz de estender, dilatar o mercado. O novo mercado permite uma nova divisão e o ciclo continua. Repetindo-o inúmeras vezes, seria “natural” esperar que o homem chegasse à moderna sociedade capitalista, onde o mercado é o maior possível e a divisão do trabalho atinge seus maiores níveis.

Dessa maneira, Smith apresenta sua solução para a questão da ordem social utilizando três conceitos fundamentais: a noção de interesse, a divisão do trabalho como gerador de riqueza e a propensão à troca como algo inerente à natureza humana. O primeiro conceito, Smith tratou no seu primeiro livro, *Teoria dos Sentimentos Morais*<sup>8</sup>. Os demais são os focos do restante da obra aqui tratada. Pode-se dizer, inclusive que, do estudo da riqueza e suas causas e das leis que regem o valor e a produção, a economia emerge como ciência autônoma. Os próximos capítulos do livro primeiro serão, a partir de agora, tratados sob este enfoque.

---

7 No capítulo I do livro IV, sobre “O princípio do sistema comercial ou mercantil”, Smith aprofunda essa argumentação a favor do comércio externo. Afirma: “Devido ao comércio exterior, a estreiteza do mercado interno não impede que a divisão do trabalho seja efetuada até à perfeição máxima em qualquer ramo do artesanato e da manufatura”. (Ibid, p. 372)

8 Estamos partindo da hipótese de que há uma unidade entre os dois principais trabalhos de Adam Smith como exposto por Ganem (1998).

*A questão do valor – capítulos IV, V e VI.*

Os três próximos capítulos são destinados ao estudo das leis que regem o valor das mercadorias. O capítulo IV, particularmente, representa um parêntese em relação ao restante da obra. Antes de aprofundar o estudo do valor em si, analisa o papel histórico e social do principal meio de troca: o dinheiro. Não pretendemos aprofundar este assunto, mas é importante destacar como o dinheiro<sup>9</sup> é apresentado como uma mercadoria qualquer, sem nenhum poder em si. Visando facilitar a troca, a sociedade elegeria alguma mercadoria para cumprir o papel de meio de troca, ou seja, algo que todos os indivíduos aceitam receber em troca de suas mercadorias. Vários bens já teriam cumprido essa função - sal, gado, conchas, açúcar, fumo – mas foram os metais, provavelmente devido às propriedades físicas como durabilidade e divisibilidade, que assumiram o papel de dinheiro nas sociedades modernas. Ao tratar o dinheiro como uma mercadoria qualquer, esse passa a se submeter às leis que regem os preços de todos os bens, ou seja, o dinheiro poderia ter o seu valor alterado em determinadas circunstâncias. Sendo o valor variável quando medido em dinheiro, este não poderia ser a medida de valor adotada para o restante da economia. De forma mais clara: o preço nominal de uma mercadoria não é uma medida de valor apropriada.

Os próximos dois capítulos são centrais para a discussão sobre a teoria do valor em Adam Smith. Como a exposição do autor não segue um argumento estritamente analítico (está intercalada pela definição e estudo dos preços nominais e preços reais, além de várias exemplificações históricas), usaremos elementos que se encontram em ambos os capítulos, às vezes de forma dispersa, para apresentar como a teoria do valor é construída em sua obra. Com o cuidado de manter a lógica original, tomamos a liberdade de apresentá-la de forma mais linear.

---

<sup>9</sup> Smith analisa, especificamente, o dinheiro metálico como o ouro e a prata. Tal argumentação pretende desmistificar a noção comum e tipicamente mercantilista de que a riqueza poderia ser medida pela quantidade de metais preciosos.



A primeira aproximação de uma teoria do valor, capaz de explicar a relação de troca entre duas mercadorias, foi feita por Smith utilizando a noção de trabalho contido. As mercadorias seriam trocadas de acordo com a quantidade despendida de trabalho para fazê-las. Argumenta que, nos tempos “rudes e primitivos da sociedade”, antes da acumulação de capital ou da propriedade da terra, somente o trabalho incorporado seria a norma para explicar o valor. Assim, se uma mercadoria A demorasse duas horas para ser feita e uma B, uma hora, a relação de troca entre as duas seria de duas B para uma A. Essa regra poderia ser estendida para contemplar casos em que os trabalhos não são idênticos: “Se um tipo de trabalho for mais duro que o outro, naturalmente deve-se deixar uma margem para essa maior dureza; nesse caso, o produto de uma hora de trabalho de um tipo frequentemente pode equivaler ao de duas horas de trabalho de outro” (Smith, 1776, p.77). Nesses casos, sem capital ou renda, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; o que ele recebe em troca de sua mercadoria, ou seja, do seu trabalho, é de sua exclusiva propriedade.

Mas Smith reconhece que este estado original não se mantém indefinidamente.

“No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, (...)” (Ibid, pp. 77-78).

Uma análise similar é apresentada um pouco adiante para justificar a renda. Dessa forma, numa sociedade moderna, o preço final de uma mercadoria deveria ser de uma magnitude que garantisse todas as remunerações: os salários dos trabalhadores; o lucro dos capitalistas; a renda dos proprietários fundiários. A conclusão tirada é de que nas sociedades modernas a lei descrita anteriormente não mais teria validade completa. O valor total de uma mercadoria deveria ser maior do que o trabalho nela contido para garantir o lucro e a renda. Logo, o trabalho contido não poderia continuar sendo a medida exata do valor.

Entretanto, Smith está convencido de que o trabalho é a única medida possível do valor: “Pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho têm valor igual para o trabalhador,

sempre e em toda parte” (Smith, 1776, p.65). O trabalhador teria, independente do tempo ou lugar, que desprender-se igualmente de força, tempo e liberdade para realizar alguma tarefa. O trabalho seria, então, uma medida invariável do valor. Como manter o trabalho como medida do valor se nas modernas sociedades isso não aparenta ser possível, devido à renda e ao lucro?

Para encontrar uma resposta, Smith reapresenta seu conceito de riqueza. Partindo da máxima de Hobbes - “Riqueza é poder” – observa que uma pessoa que herda uma grande fortuna não necessariamente herda qualquer poder político ou militar. De fato uma pessoa rica poderia tornar-se politicamente influente, e sua fortuna garante os meios para isso. Mas o poder ao qual Smith faz menção é outro: “o poder de compra; um certo comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que estão no mercado” (SMITH, 1776, p 64). Por essa nova definição, uma pessoa seria rica se dispusesse de meios para demandar trabalho alheio; uma mercadoria seria valiosa se pudesse ser trocada por muito trabalho alheio. O valor das mercadorias não seriam mais medidos pelo trabalho contido em sua produção, mas no trabalho comandado, ou seja, na sua capacidade de comprar trabalho. Dessa forma, Smith abandona o conceito de trabalho contido como medida do valor e passa a utilizar o trabalho comandado, apesar de manter a consideração da importância do trabalho contido na composição do valor da mercadoria. Isso permitiria contemplar a renda e o lucro como constituintes do valor de uma mercadoria sem abrir mão de uma medida do valor baseada no trabalho, considerado invariável.

Antes de prosseguirmos nossa análise, um comentário deve ser feito sobre a medida do valor de Smith. Sendo o trabalho contido a medida, ele só pode ser entendido sob um contexto social; a capacidade de demandar trabalho só se expressa quando a mercadoria em questão confronta-se com o trabalho alheio. Essa análise é uma ruptura com a concepção geral da época de que algumas mercadorias, como os metais preciosos, teriam valor em si, devido a propriedades naturais. Para Smith, qualquer mercadoria, quando isolada da sociedade, não poderia possuir valor, pois não teria capacidade de ordenar trabalho alheio.

Além destes elementos o capítulo VI da obra traz informações que são mais claramente compreendidas no contexto de uma explicação articulada com o capítulo VII.

Assim, a questão dos fatores que compõem os preços de uma mercadoria se apresentam como uma nova questão do ponto de vista de sua determinação.

*Os preços naturais e seus componentes e os preços de mercado– capítulos VI e VII*

Não é difícil perceber quais problemas são levantados por Smith ao considerar o trabalho comandado como medida do valor. Para saber quanto trabalho uma mercadoria pode comandar, devemos saber o seu preço e compará-lo aos salários. Com todas as mercadorias medidas em termos de salário teríamos um sistema totalmente referido a uma mesma unidade de medida. Para determinar tal sistema teríamos, porém que ser capazes de determinar o salário, bem como conhecer os preços.

O sistema de preços de referência para Smith é aquele que ele denomina de sistema de preços naturais. Os preços naturais seriam aqueles necessários para remunerar todos os elementos que incorrem na produção das mercadorias às suas taxas naturais. Tais preços são aqueles aos quais vale a pena para o produtor enfrentar os riscos do processo produtivo. Assim, Smith afirma que os preços naturais seriam determinados pela soma dos três rendimentos – salários, lucros e renda. Os rendimentos teriam, cada um, níveis normais, ou naturais. Sabendo os níveis naturais dos rendimentos seria possível calcular os preços naturais de todas as mercadorias. A importância dos preços naturais no argumento de Smith se centra no fato de considerar que estes são os preços de longo prazo, ou seja, aqueles para os quais a economia gravita.

Smith preocupa-se então em diferenciar dois movimentos de preços. De um lado preocupa-se em explicar a determinação dos preços de curto prazo, aqueles efetivamente encontrados no mercado. Este preço é conjuntural, pois é resultado de uma interação imediata no mercado entre compradores e vendedores possuidores de quantidades fixa de produto. Os vendedores trazem ao mercado a quantidade de mercadoria produzida durante aquele período produtivo específico e a confrontam com a demanda efetiva (a procura pela mercadoria aos preços naturais). Os preços de mercado são o resultado de relação entre estas duas grandezas. Se a oferta for maior que a demanda efetiva os preços de mercado se apresentariam abaixo do

preço natural. Na situação inversa, os preços de mercado estariam acima do preço natural. Os mecanismos que levam os preços de mercado a gravitarem em torno dos preços naturais são o objeto da explicação do movimento de longo prazo dos preços e se baseiam no que Smith intitula de processo de concorrência. Os níveis de preço abaixo do natural, argumenta o autor, não poderiam ser mantidos por muito tempo pois significariam uma remuneração dos lucros abaixo das taxas naturais. Se isso ocorresse, os produtores procurariam um novo produto que pagasse os lucros naturais; isso diminuiria a produção do bem e, conseqüentemente elevaria seu preço até o nível natural ou maior. Caso uma mercadoria esteja sendo vendida a preços mais altos que o natural, ou seja, esteja remunerando mais seus produtores, é de se esperar que outros produtores passem a se especializar nesta mercadoria; isso aumentaria a quantidade total produzida e reduziria seu preço até que o ajustamento estabilize-se no nível do preço natural. Daqui depreende-se claramente que o eixo central do processo de concorrência é a busca pela maior taxa de lucro possível.

Por outro lado o capítulo VII não explora o processo de determinação das taxas naturais que compõem o preço de referência para a gravitação. Tal tema, assim como as demais remunerações, será discutido nos últimos quatro capítulos do primeiro livro da obra.

#### *Salário, lucro e renda – capítulos VIII, IX, X e XI.*

Como deve estar claro, as taxas naturais de rendimentos são os elementos que permitiriam a determinação dos preços naturais e, conseqüentemente, embasariam a teoria do valor ao estabelecer uma solução única ao sistema de trocas. Neste ponto, porém, Smith não encontra uma solução adequada. Antecipando as críticas que apresentaremos no terceiro capítulo deste trabalho, a determinação das taxas naturais de rendimentos cai em uma circularidade lógica. Segundo Napoleoni (1973) “Smith não consegue formular uma teoria do valor de troca capaz de satisfazer aquele requisito formal essencial que consiste em determinar os valores a partir de elementos que não dependam, eles mesmos, dos valores” (p. 61). Ou seja, era fundamental que as taxas naturais fossem determinadas por fatores que não dependessem dos valores de troca. Ocuparemos da circularidade lógica da solução smithiana quando apresentarmos as críticas de Ricardo. Tomando por base a exposição clara

de Napoleoni em “Smith, Ricardo, Marx” sobre a questão das remunerações, analisaremos como as taxas são determinadas por Smith e onde os principais problemas se encontram. Mas uma advertência deve ser feita: apesar de não atender as exigências lógicas e formais para a solução que se propunha apresentar, não se retira a validade de algumas conclusões apresentadas. Ainda neste trabalho nos aprofundaremos nas principais críticas e contribuições de Adam Smith aos pensadores posteriores.

O oitavo capítulo do livro primeiro é dedicado ao estudo dos determinantes do salário.

Primeiramente, Smith argumenta que existe um valor mínimo para os salários reais:

“O homem precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção. Esses salários devem até constituir-se em algo mais, na maioria das vezes; de outra forma seria impossível para ele sustentar uma família e os trabalhadores não poderiam ir além da primeira geração” (p. 94).

Napoleoni (1973) esclarece o significado deste nível mínimo de salários:

“Trata-se, pois, de um nível de subsistência e de reprodução, ainda que em sua determinação esteja presente para Smith não apenas um elemento estritamente biológico, como também um elemento histórico, relacionado com o crescimento gradual e a permuta dos bens que compõem o elenco de coisas necessárias à subsistência e à reprodução” (p. 69).

Mais uma vez devemos atentar ao elemento histórico e social presente no pensamento de Smith; o salário não será determinado por uma cesta específica de bens, mas pode variar de acordo com o tempo e lugar. Mas como poderia uma medida do valor baseada no trabalho comandado, ou seja, tendo por base os salários, medir algo quando estes variam constantemente? Smith acreditava que, apesar dos salários contemplarem bens variados de acordo com a época, seria em si um valor invariável, pois estaria baseado na unidade de trabalho que, como já exposto, seria sempre invariável. Em outras palavras: se comparássemos os salários de um trabalhador contemporâneo com um do século XVIII perceberíamos uma enorme diferença; o salário do primeiro seria suficiente para pagar um carro popular, computador, viagens eventuais, etc.; já o último contaria com um salário que

lhe garantiria as roupas, comida e pouco mais. Para Smith, não foi o salário que subiu, mas foi o barateamento dos demais bens, devido à intensificação da divisão do trabalho, que permitiu o consumo destes bens pelos trabalhadores. A regra para a determinação do salário manteve-se constante: se as famílias têm computador em casa, se viajam, se assistem televisão, não deve ser entendido como um consumo de luxo, mas como consumo necessário para manter e reproduzir a classe trabalhadora em níveis biológicos e culturais. Um trabalhador de fábrica, atualmente, precisa ter um alto conhecimento de informática, por exemplo.

Entendido como se determina o nível mínimo de subsistência, Smith apresenta quais os mecanismos que levam a sociedade a elegê-lo como a taxa natural dos salários. O primeiro mecanismo, de curto prazo, refere-se à relação de forças entre proprietários de capital e trabalhadores e o segundo, de longo prazo, aos movimentos demográficos. No que se refere ao primeiro aspecto, Smith apresenta uma oposição de interesses entre capitalistas e trabalhadores.

“Quais são os salários comuns ou normais do trabalho? Isso depende do contrato normalmente feito entre as duas partes, cujos interesses, aliás, de forma alguma são os mesmos. Os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los.

Não é difícil prever qual das duas partes, normalmente, leva vantagem na disputa e no poder de forçar a outra a concordar com as suas próprias cláusulas. Os patrões, por serem menos numerosos, podem associar-se com maior facilidade; além disso, a lei autoriza ou pelo menos não os proíbe, ao passo que os trabalhadores ela proíbe. Não há leis do Parlamento que proibam os patrões de combinar uma redução dos salários; muitas são, porém, as leis do Parlamento que proíbem associações para aumentar os salários. Em todas essas disputas, o empresário tem capacidade para aguentar muito mais tempo. (...) A longo prazo, o trabalhador pode ser tão necessário ao seu patrão, quanto este o é para o trabalhador; porém esta necessidade não é tão imediata.” (pp. 92-93)

Da disputa entre classes sociais distintas com interesses opostos, o salário é determinado ao nível de subsistência. O motivo é claramente exposto por Smith: a disputa entre as classes não se dá de forma equilibrada; os capitalistas possuem maior força, tanto de resistência quanto institucionalmente, o que sempre lhes garantiria a vitória.

Entretanto, Smith reconhece que, em determinadas circunstâncias, é possível que o salário suba acima do nível mínimo. Os salários, assim como na tradição fisiocrática, são pagos em adiantamento ao trabalho e, conseqüentemente, ao produto. Um aumento de salários

só é possível quando há um aumento dos fundos destinados aos salários, compostos pelos lucros e rendas. Com uma perspectiva de crescimento, os excedentes – lucro e renda – poderiam de fato ser investidos na criação de novos empregos. O aumento contínuo, ano após ano, da demanda por força de trabalho resultaria numa a escassez de trabalhadores. Os patrões, devido à concorrência, acabariam com o “natural conluio patronal” (p. 94) e elevariam os salários de mercado acima do mínimo necessário, cada um buscado para si os melhores trabalhadores. Mas essa situação só poderia manter-se enquanto a economia estivesse continuamente em crescimento. Tão logo estacionasse, os salários tenderiam novamente aos níveis naturais. O mecanismo que garantiria este ajuste seria os movimentos demográficos. Partindo de uma hipótese simplista de que os pobres teriam a curiosa habilidade natural de gerar filhos constantemente<sup>10</sup>, Smith argumenta que quando os salários sobem, ou seja, há uma demanda crescente por força de trabalho, as famílias melhoram suas condições de vida e a mortalidade infantil diminui. Os salários se manteriam elevados até os recém-nascidos atingirem a idade de trabalho. Toma por exemplo os salários nos Estados Unidos que, ainda longe de ser tão rico quanto à Inglaterra, possuía salários mais elevados, o que demonstraria sua expansão econômica. Em paralelo aos elevados salários, podia-se notar um crescimento exponencial de sua população; “Na Grã-Bretanha (...) supõe-se que a população necessita de, no mínimo, quinhentos anos para duplicar. Na América do Norte verificou-se que duplica em 20 ou 25 anos” (SMITH, 1776, p. 95). Se num momento futuro os Estados Unidos parassem de crescer tão rapidamente, esperar-se-ia que os salários baixassem ao nível natural e a população parasse de crescer tão rapidamente. Dessa forma, pelas oscilações demográficas, Smith demonstra como os salários tenderiam ao nível natural no longo prazo.

Em resumo: utilizando os mecanismos de disputa de interesses entre capitalistas e operários e os movimentos demográficos, Smith demonstra que os salários de mercado sempre tenderiam ao nível natural de subsistência; um nível constante, socialmente

---

10 “A pobreza, embora sempre desestimule o casamento, nem sempre o impede. Pelo contrário, parece até favorecer mais a procriação. Uma mulher das regiões montanhosas, que passa fome, muitas vezes gera mais de vinte filhos, ao passo que uma mulher fina e bem alimentada muitas vezes não se dispõe sequer a gerar um, e na maioria dos casos sente-se esgotada se tiver 2 ou 3. A esterilidade, tão frequente entre mulheres de posição, é muito rara entre as de classe inferior. A luxúria no sexo feminino, talvez por inflamar a paixão pelo prazer, parece sempre enfraquecer e com frequência destruir as energias procriadoras” (SMITH, 1776, p 101).

determinado. Porém, do ponto de vista qualitativo, os salários tenderiam a sofrer melhorias com o passar do tempo. A isso se deveria tanto o aumento da produtividade, e consequentemente o barateamento dos bens, como o fato dos bens que outrora foram de luxo possam satisfazer os gostos da população<sup>11</sup>. Essa melhoria qualitativa é fundamental para dar sustentabilidade à teoria smithiana. Afinal, porque os trabalhadores aceitariam uma ordem social que, em longo prazo, os manteria com os mesmos níveis de salário se não fosse a esperança de melhorar, qualitativamente, de vida? A ordem social proposta por Smith sustenta-se justamente no fato de todos os indivíduos melhorarem suas condições de vida quando inseridos no sistema.

A análise do lucro, assim como dos salários, deve ser observada sob dois aspectos: sua determinação no curto prazo e seu comportamento no longo prazo. Sob o primeiro aspecto, cabe mencionar que Smith de fato não encontra uma resposta satisfatória; argumenta que a identificação da correta taxa de lucro é muito difícil, inclusive para os detentores do negócio. Determinar a taxa média da sociedade, então, seria ainda mais complicado. Porém, mesmo sendo impossível calcular a taxa exata dos lucros, poder-se-ia ter uma aproximação desta pela observância das taxas de juros; “Pode-se adotar como máxima que, onde se pode ganhar muito com o uso do dinheiro, muito se pagará por esse uso; e onde pouco se pode ganhar com o uso dele, menos ainda é o que se pagará (...)” (SMITH, 1776, p. 109). Os juros tenderiam a acompanhar os movimentos dos lucros, logo seriam um bom indicativo sobre o seu desenvolvimento. Assim, devido à concorrência, os lucros tenderiam a uniformizar-se em torno da taxa média corrente de juros.

O segundo aspecto relevante, sobre o comportamento dos lucros no longo prazo, diz respeito a qual será o nível médio do lucro, ou dos juros na prática. Smith parte das observações empíricas de que os lucros do capital tendem a ser mais baixos nas cidades do que nos campos e a isso atribui o efeito da concorrência capitalista. Curiosamente, seria o mesmo efeito que elevaria os salários nas cidades.

---

<sup>11</sup> Sobre este tema Smith apresenta um curioso exemplo: “A cama de casal de Jaime I, da Grã-Bretanha, que sua rainha trouxe consigo da Dinamarca como presente de um soberano a outro era, até alguns anos atrás, uma peça decorativa de uma cervejaria de Dufermline” (p. 297). “A cama de casal de Jaime I, da Grã-Bretanha, que sua rainha trouxe consigo da Dinamarca como presente de um soberano a outro era, até alguns anos atrás, uma peça decorativa de uma cervejaria de Dufermline” (Ibid, p 297).



“Via de regra requer-se um capital maior para movimentar um negócio em uma cidade grande do que em um vilarejo. Os grandes capitais empregados em cada ramo de negócio, e o número de concorrentes ricos geralmente reduzem a taxa de lucro nas cidades grandes, abaixo da taxa que se pode conseguir no campo. Ao contrário, os salários do trabalho costumam ser mais altos em uma cidade grande do que em uma aldeia. Em uma cidade próspera, as pessoas que dispõem de grandes capitais a investir, muitas vezes não conseguem ter a quantidade de trabalhadores de que necessitam, e por isso concorrem entre si para conseguir a quantidade possível, o que aumenta os salários e diminui os lucros do capital. Nas regiões afastadas do país, muitas vezes não há capital suficiente para empregar todos os trabalhadores, e nesta situação eles concorrem entre si para conseguir emprego, o que faz baixar os salários e subir os lucros do capital” (SMITH, 1776, p 110).

Quando examinamos o comportamento dos lucros de uma determinada indústria, notamos que de fato estes tendem a cair caso haja uma concentração de capital neste setor. Entretanto, a diminuição do lucro deve-se à diminuição dos preços da indústria face aos preços dos demais produtos e isso não poderia ser estendido a toda sociedade (NAPOLEONI, 1973). Ricardo (1817, p. 197) em seus *Princípios*, prova a inconsistência deste argumento ao demonstrar que os preços reais de todos os produtos não poderiam diminuir simultaneamente; se a mercadoria A custava 10 e a B custava 20 e, num momento seguinte A custasse 5 e B custasse 15, pode-se afirmar que a mercadoria B ficou relativamente mais cara face a mercadoria A, apesar de seu preço nominal ter diminuído. Afinal, no primeiro momento eram necessárias duas A's para comprar uma B, e no segundo momento três A's para comprar a mesma mercadoria B. Assim sendo, não podemos esperar que o lucro de todos os setores possa diminuir simultaneamente devido a uma redução (impossível, como demonstrado) de todos os preços da economia. Apesar da inconsistência lógica, a conclusão de Smith é de que chegaria um momento em que a sociedade não mais poderia crescer; um estado estacionário onde não haveria estímulo para o investimento devido aos lucros reduzidos.

Finalmente, em relação à renda fundiária, Smith define-a como o preço pago pelo uso da terra em razão do monopólio que esta lhe garante ao seu proprietário. Ao contrário do salário natural, definido como o mínimo necessário, a renda natural é, para Smith, o valor máximo que o proprietário da terra pode cobrar do locatário (NAPOLEONI, 1973, p 72). Ou seja, a renda é constituída de todo o produto excedente que ultrapasse o necessário ao capitalista para repor o seu capital e lhe remunerar com a taxa de lucro média. Naturalmente, a renda será maior ou menor dependendo da qualidade do solo, da proximidade a portos e

estradas, distância do centro consumidor, etc; tais circunstâncias, por permitirem uma maior produtividade ou menores custos, não poderiam resultar em lucros maiores, visto que estes tendem a um nível médio devido à concorrência, mas a um aumento na renda daquela propriedade. Assim, apresenta uma primeira formulação do debate sobre a determinação de renda diferencial, apenas efetivamente enfrentado por Ricardo em seus escritos.

Porém, quando a renda aparece como diferencial, encontramos uma curiosa contradição (DOBB, 1973): a renda entraria na composição dos preços de forma diferente dos salários e lucros. Smith afirma:

“Cumprе observar, portanto, que a renda entra na composição do preço das mercadorias de uma forma diferente dos salários e do lucro. Salários e lucros altos ou baixos são a causa do preço alto ou baixo das mercadorias, ao passo que a renda da locação da terra, alta ou baixa, constitui o efeito dos preços altos ou baixos das mercadorias (DOBB, 1973, p 152).”

Mais uma vez o problema da circularidade lógica aparece presente na obra de Smith: como pode o preço natural ser determinado pela renda natural, além dos lucros e salários naturais, quando esta parece ser determinada pelos preços?

No restante do capítulo, entretanto, Smith aceita a existência de outro fator determinante da renda. Parte da ideia de que a agricultura, por pagar renda além dos salários e lucros, deveria ser a atividade mais produtiva da economia. Essa alta produtividade, derivada de fatores ligados à natureza, deveria de alguma forma remunerar o proprietário da terra. Com esta teoria, de tendência fisiocrática, Smith admite que a renda tem, então, origem na produtividade da terra, e não somente no seu monopólio. Sobre este problema Napoleoni afirma que Smith, ao apresentar esta tese, abre mão de sua descoberta essencial frente aos fisiocráticos: a de que “nada é produtivo afora o trabalho” (NAPOLEONI, 1973, p 73). Posteriormente, Ricardo fará as correções necessárias, levando a uma teoria definitiva sobre a renda diferencial da terra.

Do estudo das três remunerações e das suas respectivas taxas naturais, Smith tira algumas interessantes conclusões sobre os diferentes interesses das classes sociais. Nas últimas páginas do livro primeiro expõe como cada uma das três classes – trabalhadores,

proprietários fundiários e capitalistas – ao seguir seu interesses particular afeta o interesse da nação, aqui entendido como o desenvolvimento econômico da sociedade. No que se refere aos proprietários fundiários, visto que as rendas sobem quando aumenta a riqueza real da sociedade, o interesse do proprietário de terra esclarecido nunca deverá ser contrário ao interesse geral da sociedade. O mesmo pode ser dito sobre os trabalhadores; “visto que os salários dos trabalhadores nunca são tão altos como quando a demanda de mão de obra cresce continuamente”, o interesse destes “está tão intimamente ligado ao interesse da sociedade como o da primeira categoria” (SMITH, 1776, p 228). O mesmo já não pode ser dito da terceira categoria, os capitalistas; como a “taxa de lucro não aumenta com a prosperidade da sociedade e não diminui com o seu declínio” (Ibid, p 228) de maneira alguma se pode dizer que os interesses dos capitalistas coincidam com os interesses da sociedade. Esses, buscando seus interesses pessoais, fariam de tudo para aprovar leis que restringissem a concorrência, garantindo-lhes uma situação de monopólio. Smith é ainda mais duro ao afirmar que, diferentemente dos proprietários fundiários, tipicamente indolentes, e dos trabalhadores, politicamente mais fracos, os capitalistas conseguem, enquanto classe, se organizar e impor seus interesses particulares à toda sociedade. Finaliza o seu primeiro livro com uma recomendação às autoridades da época:

“A proposta de qualquer nova lei ou regulamento comercial que provenha de sua categoria” [capitalistas] “sempre deve ser examinada com grande precaução e cautela, não devendo nunca ser adotada antes de ser longa e cuidadosamente estudada, não somente com a atenção mais escrupulosa, mas também com a maior desconfiança. É proposta que advém de uma categoria de pessoas cujo interesse jamais coincide exatamente com o do povo, as quais geralmente têm interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, têm em muitas oportunidades tanto iludido quanto oprimido esse povo. (SMITH, 1776, p 229)”

Essas palavras parecem duras para alguém que muitas vezes é identificado como porta-voz do capitalismo industrial. Porém não devemos nos enganar por uma leitura simplista. Para entendermos o real significado desta crítica, e a quem ela se dirige, devemos olhar atentamente o contexto histórico da época. A figura clássica do capitalista, com sua fábrica repleta de máquinas e operários, só aparecerá após a consolidação da revolução industrial; logo não é destes que Smith trata. Os capitalistas a quem Smith dirige sua crítica são, como define Dobb (1973, p 76), “meio comerciantes, meio *entrepreneur*, que se serviam do sistema de artesanato doméstico”. Estes também seriam os principais defensores da

doutrina mercantilista. O princípio fundamental desta escola, segundo Smith, consiste na falaciosa identificação entre riqueza e moeda; logicamente a maneira mais fácil de enriquecer seria a acumulação de metais. Como resultado, as políticas de comércio exterior seriam pautadas na aquisição de monopólios comerciais e restrição à importações, sempre objetivando um superávit comercial. Smith considerou esta falsa doutrina como o maior obstáculo a expansão das vantagens oriundas do livre comércio, pois reduziria a concorrência e, conseqüentemente, a divisão do trabalho e o aperfeiçoamento das forças produtivas. Nesse sentido, não podemos dizer que Smith foi em momento algum contra a classe capitalista, mas pelo contrário; defendeu a livre concorrência com afinco e lutou contra os limites tipicamente mercantilistas impostos às relações comerciais e produtivas.

Assim, com esse comentário um tanto controverso, Smith termina o primeiro livro da Riqueza das Nações.

Procuramos expor como, a partir das questões impostas pelos filósofos políticos e morais sobre a organização social, Smith buscou uma solução que não dependesse de um contrato social. Por outro lado, recorrendo aos autores da economia política encontra os conceitos de valor e riqueza, ambos associados à produção (humana ou da natureza). A sua síntese explicativa da ordem social parte de três conceitos fundamentais que se encontram na junção destas duas matrizes – interesse, divisão do trabalho e propensão à troca – propõe uma forma de responder a tais questões. A partir daí, aprofunda-se no estudo das leis que regem o valor e permitem aumentar a riqueza. Desenvolve uma medida de valor baseada no trabalho comandado e monta sua teoria do valor com base na soma das três remunerações sobre as propriedades dos indivíduos livres do século XVIII: salários, lucros e rendas. Como mencionado, este último ponto de Smith não foi satisfatório e será sobre ele que se referirão as principais críticas a sua teoria.

### CAPÍTULO III – AS CRÍTICAS À SOLUÇÃO SMITHIANA

Conforme ressaltamos, a teoria de Smith deixa algumas lacunas explicativas, notadamente sobre as questões envolvendo o valor. Do ponto de vista da história do pensamento econômico podemos destacar dois importantes autores que, ao mesmo tempo em que criticam, valorizam ainda mais a teoria Smithiana. Primeiramente apresentaremos a crítica de Ricardo sobre a indeterminação da teoria do valor de Smith. Em seguida apresentaremos a crítica de Marx sobre a contradição entre as duas medidas do valor presente em Smith: o trabalho contido e o trabalho comandado.

#### *A crítica de David Ricardo*<sup>12</sup>

Uma das críticas mais famosas às teorias smithianas foi formulada por David Ricardo no início do século XIX. Aparece em diversos escritos, particularmente no *Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital* (também conhecidos por “Ensaio do trigo”), e toma forma final nos *Princípios de Economia Política* de 1817. Em 1799 tem seu primeiro contato com *A Riqueza das Nações* que o estimula a aprofundar o estudo da economia política. Seus primeiros escritos são direcionados a questões específicas, porém bastante controversas; “*O alto preço do ouro*” e os já mencionados “*Ensaio do Trigo*” são os mais notáveis exemplos. O primeiro, segundo Paulo Singer (1986, p XV), refere-se à formulação de uma “teoria quantitativa da moeda” que até hoje fundamenta a teoria monetária. Já o segundo é uma crítica às *Corn Laws* (Leis dos Cereais); leis que proibiam a importação de trigo se o seu preço estivesse abaixo de um certo limite (80 xelins por *quarter*). Tal proibição é reflexo de um longo período de guerras entre Inglaterra e França (1793-1815), no qual o suprimento interno de alimentos era uma questão de segurança nacional. Essa medida protecionista, entretanto, prejudicava outros setores, particularmente o industrial. Por

---

12 Apesar de concentrar seus estudos às divergências teóricas com Adam Smith, o próprio Ricardo afirma no prefácio dos *Princípios* que assim o fez por considerar necessário aprofundar-se nestas questões controversas visto que, do restante, partilha em grande parte das opiniões de Smith.

essa razão, Ricardo se opõe a proteção à agricultura e defende o livre comércio e os lucros dos capitalistas, que ele considerava como a única fonte de acumulação de capital. Partindo destes problemas concretos, Ricardo começa a formular a sua teoria mais completa nos *Princípios*.

Segundo Piero Sraffa, em sua excelente introdução aos *Princípios*, o estudo que Ricardo pretendia aprofundar precisaria envolver três pontos centrais:

“a) a distinção entre as causas que afetam o valor do dinheiro e as que afetam o valor das mercadorias; b) a suposição da invariabilidade dos metais preciosos como um padrão invariável de valor; c) a oposição à opinião de que os preços do trigo regula o preço de todas as demais mercadorias” (SRAFFA, 1951, p 16).

Ou seja, Ricardo começaria sua análise exatamente no ponto em que Smith foi insatisfatório: a formulação de uma teoria do valor para determinação dos preços relativos. A insuficiência da análise smithiana em determinar os valores de troca, como sabemos, reside na indeterminação das taxas naturais de remuneração. Este será o segundo ponto em que Ricardo se concentrará. Nas palavras do autor: “Determinar as leis que regulam essa distribuição” [entre salários, lucros e rendas] “é a principal questão da Economia Política” (Ricardo, 1821, p. 39). A partir disso, podemos afirmar que o núcleo da análise ricardiana será sobre a determinação dos valores de troca e sobre a distribuição do produto pelas diferentes classes sociais.

O objetivo de Ricardo ao escrever os *Princípios* é estender as conclusões dos seus artigos anteriores de forma a constituir um sistema coeso. Para isso, precisa desenvolver uma teoria do valor que permita chegar aos mesmos resultados que obteve nos *Ensaio do Trigo*; sendo que esta se baseava unicamente no trigo como unidade de medida. Assim como Smith, escolhe o trabalho como a medida adequada, mas faz ressalvas: não o considera em si uma medida invariável do valor, visto que o salário, sendo determinado pelo valor de outros bens, é em si variável. Porém, acredita que a proporção do trabalho contido numa mercadoria poderia determinar os valores de troca, mesmo havendo outras formas de rendimento. Para ser mais claro, retomemos o exemplo das duas mercadorias, A e B, que exigem respectivamente 1 e 2 horas de trabalho. Logo, a relação de troca será de dois A's para um B. Porém, devemos sair do estado “rude e primitivo da sociedade”, ou seja, incluir outras formas de rendimento.

Supondo que os lucros sejam de 20% e as rendas sejam nulas (ou seja, terras abundantes) teríamos as seguintes situações:

$$\text{Situação 1) } 2A = B$$

$$\text{Situação 2) } (1,2)*2A = B*(1,2)$$

Obviamente poderíamos “cortar” os lucros dos dois lados da equação e estaríamos novamente na situação original. O que Ricardo pretendia mostrar é que, apesar dos lucros (e das rendas) fazerem com que os preços de troca não sejam somente compostos pelos salários, eles não alterariam a relação de trocas, sendo estas dependentes somente do trabalho contido. Partindo desta hipótese, Ricardo faz a primeira crítica à Smith por ter utilizado o trabalho contido como medida do valor apenas nos tempos anteriores à acumulação de capital e à apropriação da terra, passando então a considerar o trabalho comandado como a medida do valor.

A hipótese de Ricardo de que o trabalho contido seria uma boa aproximação da real medida do valor trará outras questões e dificuldades que estão além do objetivo deste trabalho. De fato, o autor passou o final de sua vida buscando alguma mercadoria que pudesse ser uma medida invariável, e, portanto exata, do valor. Tal mercadoria hipotética será o principal objeto de estudo de Piero Sraffa, mais de um século após a morte de Ricardo. Para este trabalho, entretanto, basta mencionar que Ricardo acreditava que o trabalho contido poderia expressar as relações de troca entre as diversas mercadorias e servir como medida aproximada do valor.

Sustentando a sua hipótese, Ricardo demonstra claramente a insuficiência da utilização do trabalho comandado como medida do valor. Escreve:

“Suponhamos que o trabalhador recebe 1 *bushel* de trigo como pagamento de uma semana de trabalho, quando o preço do cereal é de 80 *xelins* cada *quarter*, e que se lhe pague 1  $\frac{1}{4}$  *bushel* quando o preço cai a 40 *xelins*. Suponhamos ainda que consuma  $\frac{1}{2}$  *bushel* de trigo por semana em sua casa e que troque o resto por outros bens, tais como combustíveis, sabão, velas, chá, açúcar, sal, etc., etc. Se os  $\frac{3}{4}$  de *bushel* que lhe sobram, num caso não lhe proporcionam o mesmo volume daquelas mercadorias que lhe proporcionam  $\frac{1}{2}$  *bushel*, no outro caso, terá o trabalho aumentado ou diminuído em valor? Aumentado, deveria dizer Adam Smith, já que o padrão é o trigo, e o trabalhador recebe mais trigo por uma semana de trabalho. Diminuído, deveria dizer o mesmo Adam Smith, ‘por que o valor de uma coisa depende do poder de compra de outros bens que a posse desse objeto confere’, e o trabalho tem menor poder de adquirir esses outros bens” (RICARDO, 1817, p 47).

A contradição que Ricardo tão bem demonstra é resultado da circularidade lógica do pensamento smithiano. Sendo a medida do valor o trabalho comandado, este depende exclusivamente dos salários. Os salários, como já explicado, seriam socialmente determinados pela quantidade de mercadorias necessárias para garantir a subsistência do trabalhador, ou seja, seria equivalente a soma dos preços de todas as mercadorias necessárias. Os preços dessas mercadorias dependeriam, por sua vez, do seu valor, expresso em trabalho comandado, assim voltando ao início do problema.

Buscando uma coerência lógica para sua teoria, Ricardo parte para a determinação das leis que regulam a distribuição. Neste ponto, diferentemente de Smith, apresenta todas as rendas inter-relacionadas, ou seja, apresentando relações claras de causalidade entre elas. A mais notável é a determinação dos lucros e da renda pela agricultura das terras de pior qualidade. A ideia básica é de que o excedente é medido em quantidades físicas e deve ser repartido entre fundiários e capitalistas. A determinação do excedente, por sua vez, dependerá tanto do produto total quanto do consumo necessário para a reprodução do sistema, ou seja, dos salários. Podemos ver claramente como a alteração em um desses valores afetará os demais; uma elevação dos salários, por exemplo, diminuiria o valor do excedente e, conseqüentemente, diminuiria ou os lucros, ou as rendas, ou ambos. Devemos notar que Smith segue o caminho inverso; primeiro determina as rendas independentemente e o produto seria seu somatório.

Marx evidencia as diferenças entre as duas teorias a partir de uma imagem interessante<sup>13</sup>; se cortarmos três comprimentos qualquer de um barbante e, a partir deles construir um quarto pedaço a partir de sua soma, deve-se convir que este é um procedimento completamente distinto do que se pegarmos um comprimento qualquer e então dividi-lo em três partes. O primeiro caso corresponderia à teoria smithiana, baseada no somatório das rendas para determinação do produto; o segundo, a teoria ricardiana, onde a partir do produto total, determinam-se as regras da sua divisão. Essa imagem é bastante elucidativa; de fato, se

---

13 Extraído de Vianello (1987, p 108)



Smith tivesse conseguido determinar os salários, lucros e rendas sem cair na circularidade, é possível que o resultado de ambos, ou o tamanho do barbante, fossem iguais. Por ter seu sistema indeterminado, infinitas soluções são possíveis do ponto de vista lógico; poderíamos ter um pedaço de barbante muito pequeno e outro absurdamente grande e mesmo assim o resultado estaria logicamente correto. Em outras palavras, poderíamos ter uma elevação exorbitante de qualquer uma das três rendas sem que isso afetasse a validade do resultado.

Uma das críticas mais comuns à teoria smithiana resulta justamente desta análise. Aparentemente, Smith apresenta uma solução que permite que todos possam melhorar, ou aumentar o seu pedacinho de barbante, sem atrapalhar os demais. Em oposição estaria a teoria ricardiana, na qual o produto já está definido e qualquer alteração de uma das rendas afeta as demais; dessa forma estaria expondo com mais clareza a luta de classes, enquanto a solução smithiana, a mascararia. Examinaremos esta crítica mais a fundo.

Quanto ao problema da circularidade lógica e das infinitas soluções possíveis não parece haver dúvida de que a solução smithiana permitiria, do ponto de vista lógico, variações de qualquer uma das rendas sem afetar as demais. Porém como tentamos demonstrar no decorrer deste trabalho, apesar de Smith cometer erros do ponto de vista lógico e formal, muitas vezes esclarece seu ponto de vista a partir da descrição dos fatos. Para sermos mais claros, tomemos o exemplo da determinação dos salários; um dos mecanismos para a manutenção dos salários aos níveis de subsistência é justamente a luta de classes, na qual Smith considera os capitalistas como eternos vencedores. A oposição de interesses também está presente no capítulo dedicado à renda, ao defini-la como o máximo que se pode cobrar do capitalista pelo uso da terra. Por fim, devemos nos lembrar do final do primeiro livro, no qual Smith faz clara alusão ao fato de que o interesse de alguma classe específica pode ser contrário ao interesse da sociedade.

Não pretendemos com isso elevar Smith ao posto de defensor da luta de classes, mas simplesmente alertar para o fato de que a sua solução harmoniosa não deve ser entendida de forma tão simples como a possibilidade, devido a problemas lógicos, da elevação simultânea das três rendas. Para defender o seu sistema, em toda sua complexidade, Smith precisará de argumentos muito mais fortes. Marx, ao analisar a origem do lucro em Smith, faz um

comentário interessante; “A. Smith conhece perfeitamente a contradição entre seu ponto de vista sobre a origem do lucro e o apologético” (MARX, 1954, p 59).

### *A crítica de Karl Marx*

Marx começa sua análise da obra de Smith a partir da crítica ricardiana. Considera mérito de Ricardo expor a circularidade lógica da teoria smithiana e propor uma alternativa logicamente superior ao adotar o trabalho contido como medida do valor, pois, ao fazer isso, não cairia no erro de se considerar o *valor de troca* como a medida do valor - origem do erro de Smith de acordo com Marx - e permitiria determinar com mais precisão os valores de troca das mercadorias. Apesar de considerar este um erro grave e fonte de confusão, Marx afirma que isto “não estorva as pesquisas de Smith sobre a natureza e a origem da mais-valia (MARX, 1954, p 49)”. De fato, Marx limita a questão sobre a circularidade a poucas páginas – provavelmente satisfeito com a análise ricardiana – e aprofunda-se na questão da origem do lucro e fonte do valor em Adam Smith. É sob esta análise que nos debruçaremos agora.

Um fato interessante sobre a leitura de Marx da “Riqueza das Nações” é o não reducionismo da teoria da medida do valor em trabalho comandado como um simples erro de percurso de Smith; Marx vai mais além e identifica a contradição entre as duas medidas de valor – trabalho contido e trabalho comandado – com a própria contradição do sistema capitalista: a origem da mais-valia.

Como sabemos, Smith limita a medida do valor em trabalho contido aos primórdios da sociedade, onde todo o produto do trabalho pertencia ao trabalhador. Quando a sociedade se desenvolve, e o capital e a propriedade aparecem – misteriosamente, devemos dizer, pois Smith não justifica como nem por que ocorre – o trabalho contido aparentemente não poderia mais explicar as trocas. Como afirma Smith:

“Já nessa situação, o produto do trabalho nem sempre pertence ao trabalhador. Na maioria dos casos, este deve reparti-lo com o dono do capital que lhe dá emprego. Também já não se pode dizer que a quantidade de trabalho normalmente empregada para adquirir ou produzir uma mercadoria seja a única circunstância a determinar a quantidade que ele normalmente pode comprar, comandar ou pela qual pode ser trocada. É evidente que uma quantidade adicional é

devida pelos lucros do capital, pois este adiantou os salários e forneceu os materiais para o trabalho dos operários.” (A Riqueza das Nações, p. 79)

A partir deste momento, em razão da existência dos lucros e rendas além dos salários, o trabalho contido deixaria de ser a medida dando lugar ao trabalho comandado.

Concentremo-nos, agora, na origem desta parcela “adicional” que corresponde aos lucros e rendas. Uma vez instituída a propriedade privada e a acumulação de capital, os capitalistas passariam a empregar trabalhadores e forneceriam matérias-primas com o fim de “obter lucro mediante a venda do produto resultante<sup>14</sup>”. Sobre esta passagem, Marx pergunta se o lucro para Smith teria origem na venda, como os teóricos mercantilistas afirmavam. A resposta estaria em uma passagem que este pensador considera fundamental na obra de Smith: “Nesse caso, o valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais desdobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários do trabalhador, e a outra, os lucros do empresário...” (SMITH, 1776, p 78). Ou seja, o lucro não advém da própria venda da mercadoria, mas é resultado do valor que o trabalhador adiciona à mercadoria; da produção do trabalhador o lucro e a renda são deduzidos. Para Marx, esta passagem demonstra como Smith reconhece a origem da mais-valia. Apesar de ainda não compreendê-la por completo, os elementos principais estariam aí presentes: a mais valia como um resultado da diferença entre o produto do trabalho e o salário pago ao trabalhador.

Uma questão salta aos olhos neste momento: como pode Smith chegar tão próximo de uma teoria da origem dos lucros pela exploração do trabalho e, mesmo assim, sustentar a harmonia social? Sobre este ponto que Marx afirmou que Smith sabia diferenciar onde estavam os elementos apologéticos em seu discurso. A justificativa encontrada na Riqueza das Nações é simples:

“Mas este estado original de coisas,” [anterior ao capital e a propriedade sobre a terra] “no qual o trabalhador desfrutava do produto integral de seu trabalho, já não pôde perdurar quando se começou a introduzir a apropriação da terra e a acumular o capital. Já estava no fim, muito

---

<sup>14</sup> Smith citado por Marx (1954, p 57)

antes que se fizessem os aprimoramentos mais consideráveis nas forças produtivas do trabalho, e portanto não teria nenhum propósito prognosticar quais teriam sido seus defeitos sobre as recompensas ou os salários dos trabalhadores” (SMITH, 1776, p 92).

Assim, de forma bastante seca, Smith põe fim a possibilidade de se analisar como seria uma sociedade sem lucros e rendas. Devemos lembrar que a fonte de riqueza, para Smith, está na divisão e especialização do trabalho, diferentemente de Marx, que identifica na exploração do trabalho a geração de mais valia. Smith considera o lucro justo, pois sem ele, ou seja, sem uma estrutura capitalista, a divisão do trabalho não poderia atingir seus níveis mais profundos e a sociedade não poderia contar com a enorme quantidade de bens úteis a sua disposição. Desta forma, apesar do lucro constituir-se de fato uma dedução da produção do trabalhador, não seria uma exploração, visto que os trabalhadores estariam em uma situação infinitamente pior sem a organização do trabalho permitida pela sociedade moderna. Por este motivo Smith afirma que não há propósito no estudo sobre o desenvolvimento de uma sociedade sem o capital e a propriedade da terra.

Após creditar a descoberta da mais-valia<sup>15</sup> a Smith – o que talvez tenha sido um pouco de exagero – Marx busca compreender por que o autor não se ateu as corretas definições - particularmente inseridas nos capítulos VI, VII e VIII - de forma coerente no restante da obra, ao menos no tocante à origem do lucro. A isso ele atribui duas falhas fundamentais ou fontes de erro de Smith: *i*) a não distinção entre trabalho e produto do trabalho; e *ii*) a não distinção entre trabalho e força de trabalho.

Devemos notar que é a não distinção correta destes dois pontos que obriga Smith a abrir mão do trabalho contido como medida do valor. Senão, vejamos; suponhamos que um trabalhador de fábrica produz uma mercadoria A em um dia de trabalho. Da venda desta mercadoria, o salário e o lucro do capitalista devem ser deduzidos. A partir da análise marxista, afirmamos que o valor do salário do trabalhador deve ser inferior ao valor da mercadoria A; desta diferença poderíamos deduzir a mais-valia do capital. Porém, para Smith

---

15 Marx (1954, p.64).

essa questão ainda não está tão clara; o salário deveria pagar integralmente o trabalho contido na mercadoria A, caso contrário a lei do valor, para o autor, seria violada. Desta forma, o valor final da mercadoria A deveria ser maior do que o contido em um dia de trabalho, possibilitando o pagamento integral dos salários e lucros. Para isso, Smith desenvolve o trabalho comandado como medida. O problema, neste caso, da análise de Smith é a associação do trabalho e do produto do trabalho. O salário não precisaria ser, e de fato não é, igual ao produto do trabalho, sendo determinado por outros princípios. Pela análise marxista fica claro que o produto do trabalho remunera não o trabalho, mas a força de trabalho, em valores inferiores ao do próprio produto final. Ao fazer esta distinção clara entre os termos, Marx consegue demonstrar como ocorre a extração de mais valia respeitando-se a lei do valor, algo aparentemente contraditório para Smith.

Devemos notar que Marx não credita à escolha de Smith pelo trabalho comandado como medida do valor como fonte de erro<sup>16</sup>, mas pelo contrário, esta resulta justamente da sua aproximação em encontrar a principal contradição do sistema capitalista: a geração de mais-valia. Porém ao chegar tão próximo, Smith não compreende a contradição e abandona o trabalho contido como medida. A síntese desta contradição smithiana seria a criação de uma nova medida do valor. Sobre esta questão, Marx afirma:

“Mas, em Smith, aquela contradição e aquela transição” [do trabalho contido ao comandado] “de uma maneira de definir para outra derivam de algo mais profundo que Ricardo – ao revelar a contradição – deixou passar, não distinguiu e por isso também não elucidou.” (MARX, 1954, p 50)

Nesta passagem Marx refere-se a “descoberta” da mais-valia. Um pouco mais adiante complementa:

“O grande mérito de A. Smith é ter percebido (...) a ocorrência de uma ruptura, ao passar ele da simples troca de mercadorias e da correspondente lei do valor para a troca entre trabalho materializado e trabalho vivo, entre capital e trabalho assalariado, para o estudo do lucro e da renda fundiária em geral, em suma, para a gênese da mais-valia; ter notado que, ao haver essa

---

16 “Entretanto admira que Smith não compreendesse quão pouco sua dificuldade tinha a ver com a lei que regula a troca das mercadorias uma pelas outras.” (MARX, 1954, p 52)

ruptura, a lei de fato se revoga no tocante ao resultado – não importa qual seja a razão mediata, e essa razão lhe escapa -, troca-se mais trabalho por menos trabalho (do ponto de vista do trabalhador), menos trabalho por mais trabalho (do ponto de vista do capitalista); (...) Ricardo supera A. Smith, por não se deixar confundir por essas contradições aparentes, de resultados operantes. Fica-lhe atrás quando nem mesmo suspeita existir aí um problema e por isso em nenhum momento estranha nem o preocupa o desenvolvimento *específico* que a lei do valor assume com a formação do capital.” (MARX, 1954, p 66)

Entretanto, Marx reconhece que Smith não se posiciona de forma tão clara no decorrer de sua obra; “No início, achava de fato que o valor da mercadoria regulava o salário, lucro e renda fundiária. Mas, em seguida, põe-se a trabalhar em sentido contrário (...), propõe que se calcule e se descubra o preço natural das mercadorias por adição...” (Ibid, p 75) dos três rendimentos à taxas naturais. Segundo Marx, é por este motivo que Smith não consegue esclarecer corretamente a influência das oscilações dos salários sobre os preços das mercadorias.

Nesta parte de trabalho procuramos mostrar duas leituras da obra de Adam Smith que refletem justamente suas principais qualidades e defeitos. Do ponto de vista estritamente econômico, enquanto uma teoria que pretende determinar as relações de troca entre mercadorias e a distribuição do produto, pode-se dizer que a teoria de Smith fracassa na determinação dos preços relativos, principalmente devido à circularidade lógica. Porém, como esclarece Napoleoni, a teoria do valor de Smith, “longe de constituir um fracasso, constitui uma etapa decisiva do pensamento econômico”, mas para isso não a devemos considerar sob o contexto de uma teoria dos valores de troca, “mas sim no contexto de uma teoria do desenvolvimento capitalista”.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos estudar os elementos constitutivos da primeira formulação articulada entre economia política e filosofia política para interpretação da ordem capitalista, apresentada na obra de Adam Smith. A partir das questões levantadas no campo da filosofia política e com o instrumental analítico da economia política, Smith cria, de forma bastante original, uma teoria capaz de explicar a organização social baseando-se exclusivamente em aspectos humanos. Tomando por base três conceitos centrais em sua obra – interesse, geração de riqueza e propensão à troca – Smith apresenta a solução que se transformará no mote liberal do século seguinte.

O embasamento de sua teoria exige de Smith um aprofundamento nas regras de determinação da ordem produtiva. A questão do valor urge e impõe-lhe um novo desafio teórico. Frente às dificuldades apresentadas pelo trabalho contido, Smith acata o trabalho comandado como medida do valor, o que, como sabemos, leva-lhe a uma solução viciosa que Ricardo tão bem demonstrou.

Entretanto uma análise que se restrinja a incapacidade de Smith em determinar os valores de troca acaba sendo demasiadamente reducionista, correndo o risco de sobrevalorizar a lógica pura em detrimento da rica argumentação. Buscamos, neste trabalho, apresentar a riqueza de Smith principalmente no tocante às relações sociais. Desde seu pressuposto sobre a propensão à troca até a determinação dos salários, lucros e rendas, passando pelo conceito de trabalho comandado, as relações sociais se mostram constantemente presentes na obra de Smith.

Por outro lado uma crítica que simplesmente aponte onde estão os elementos de erro, mas não investiga a causa destes, não pode ser uma crítica que pretenda entender a totalidade. Marx, em contrapartida, identifica o ponto de inflexão do pensamento smithiano como a passagem da sociedade primitiva, sem capital ou propriedade, para a sociedade moderna. Nesta passagem a lei de medida do valor até então existente para Smith parece se contradizer, e por isso ele busca uma nova. Para Marx, esta redefinição, com as consequências que já conhecemos, longe de ser apenas um erro teórico, aponta a dificuldade de Smith ao

confrontar-se com a principal contradição da sociedade, a exploração da força de trabalho. É por causa da sua “visão penetrante que A. Smith se torna perplexo, inseguro, sente faltar-lhe o chão...” (MARX, 1954, p 66) e não consegue manter coerentemente a sua teoria. Assim, é justamente no “erro” de Smith que Marx encontra um ponto inovador de sua obra.

Este trabalho apenas apresenta parte da obra econômica deste grande autor que foi Adam Smith. Porém, reafirma sua complexidade e a importância de seu estudo para a compreensão da ordem capitalista vigente por todo aquele que quiser tornar-se um economista de fato.



## BIBLIOGRAFIA

- BIANCHI, A. M. *A Pré-História da Economia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- CANNAN, E (1976); Introdução in SMITH, A (1776), *A Riqueza das Nações*, Coleção Os Economistas, Abril Cultural, 1983.
- CARCANHOLO, R. A. *O valor, a riqueza e a teoria de Smith*. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, v.28, n.53, 2010.
- DOBB, M. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- GANEM, A. *Adam Smith e a explicação do Mercado como ordem social*, Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, vol.4, n.2, 2000.
- GAREGNANI, P, *The labour theory of value: 'detour' or technical advance?*, in: Caravele, G. A. (ed), *Marx and the modern Economic Analysis*, Edward Elgar, 1991.
- HIRSCHMAN, A. O. *As Paixões e os Interesses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOCKE, J. (1689), *Dois Tratados Sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MALTA, M. M. *A teoria da acumulação de James Steuart*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal Fluminense, 2005.
- MAQUIAVEL. (1532), *O Príncipe*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo, Livraria exposição do livro, 1957.
- MARX, K. (1954), *Teorias da mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico*, Bertrand Brasil, 1987.
- NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.
- RICARDO, D. (1817), *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SINGER, P. *Apresentação* in RICARDO, D. (1817), *Princípios de Economia Política e Tributação*, Coleção Os Economistas, Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. (1776), *A Riqueza das Nações*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SRAFFA, P. (1951); *Introdução* in: RICARDO, D. (1817), *Princípios de Economia Política e Tributação*, Coleção Os Economistas, Abril Cultural, 1982.

VIANELLO, F. *Labour Theory of Value*, in: EATWELL, J., MILGATE, M. & NEWMAN, P. *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Macmillan, London, 1987.